



XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania

Ocupações urbanas em Curitiba/PR: das políticas habitacionais aos movimentos e ativismos sociais

Leonardo Palhares Prizon¹, UFPR, leonardoprizonufpr@gmail.com

Heloisa Maldonado Mocelin², UFPR, helo.mocelin@gmail.com

Resumo

A urbanização das cidades brasileiras é marcada por desigualdades, contradições, segregação e precariedade, condições estas que os movimentos e ativismos sociais urbanos lutam para melhorar por meio de ações coletivas, como as ocupações de terra e a autoconstrução de moradias, e das vias institucionais relacionadas ao poder público. Em Curitiba, conhecida como cidade modelo de planejamento urbano, os problemas habitacionais e de segregação socioespacial não deixam de existir, sendo resultantes das ações do mercado imobiliário, do Estado e de proprietário de terrenos na cidade, que induzem o processo de ocupação de vazios urbanos. Este trabalho objetiva abordar a luta dos moradores das Ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Dona Cida e Tiradentes, localizadas na Regional Cidade Industrial de Curitiba-CIC, que buscavam por meio do movimento MTST-PR (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- Paraná) a garantia do direito à moradia e à cidade. Os direitos que são negados a esses sujeitos refletem a mercantilização do solo urbano e das ações do Estado que favorecem o mercado imobiliário, então, para evidenciar essa contradição, foi trabalhado o Plano Diretor de Curitiba, mostrando como a habitação de interesse social é apresentada e como é a ação do poder público por meio de políticas habitacionais, como o programa federal Minha Casa Minha Vida, e a ação da sociedade, que luta pela efetivação do direito à habitação. O trabalho apresenta uma análise de bibliografias específicas e de documentos oficiais, realização de pesquisa participante e por fim, a análise de dados de órgãos como IPPUC e COHAB-CT.

Palavras-chave

Movimentos sociais, políticas públicas, ocupações urbanas

Abstract

The urbanization of Brazilian cities is marked by inequalities, contradictions, segregation and precariousness, conditions that urban social movements and activism struggle to improve through collective actions, such as land occupations and the self-construction of housing, and of institutional ways related to public power. In Curitiba, known as a model city of urban planning, housing and socio-spatial segregation problems do not cease to exist, due to the actions of the real estate market and the State, and owner of land in the city, which induce the process of occupying urban voids. This paper aims to address the struggle of residents of the Nova Primavera, 29 de Março, Dona Cida and Tiradentes occupations, located in the Regional Cidade Industrial de Curitiba-CIC, which sought through the movement MTST-PR (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Paraná) the right to housing and the city. The rights that are denied to these subjects it's reflex of the commercialization of the urban land and of the actions of the State that favor the real estate market, so to demonstrate this contradiction, the Curitiba Master Plan was worked out, showing how the housing of social interest is

¹ Aluno de Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas (LaDiMe).

² Aluna de Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Voluntária de Iniciação Científica no Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas (LaDiMe).



presented and also bringing public power action through housing policies, such as the federal Minha Casa Minha Vida program, and the action of society that are fighting for the right to housing. The work presents an analysis of specific bibliographies and official documents, conducting participant research and, finally, the analysis of data from organs such as IPPUC and COHAB-CT.

Key-words

Social movements, public policies, urban occupations

INTRODUÇÃO

A crise habitacional é uma crise de sociabilidade urbana que se torna condição, meio e produto da segregação socioespacial, processo resultante de uma urbanização capitalista, relacionada com os planos político, econômico e social da produção do espaço urbano. A partir da perspectiva de que o espaço é produzido coletivamente, mas é apropriado de forma desigual e individual, cada localidade vai apresentar uma finalidade e um preço, sob influência do mercado imobiliário, enquanto as transformações que produzem a cidade partem das relações sociais e das ações coletivas.

A terra urbana, transformada em mercadoria, apresenta um grande valor para o capital, modificando as relações de interesses sobre ela e constituindo um dos elementos de uma crise urbana evidente. A valorização e especulação imobiliária, que têm uma relação de dependência com o aumento do preço do solo urbano - e são diretamente responsáveis pela segregação espacial e periferização de uma população que não tem condições de pagar pelo valor de uso do solo -, resultam na dificuldade ou impossibilidade de acesso à habitação para todas as classes sociais; bem como a expressão da mercantilização e privatização da terra como processos e efeitos do desenvolvimento do capitalismo (RODRIGUES, 1988), junto com os interesses do Estado, propiciam uma expulsão das classes de rendas mais baixas dos centros urbanos para as periferias.

Partindo do princípio de que o espaço urbano se produz em boa medida por meio da valorização dos terrenos, refletindo no déficit habitacional, as lutas e ativismos sociais emergem com força buscando a Reforma Urbana, na qual o combate à precariedade habitacional é a principal pauta. A organização dos movimentos sociais urbanos denuncia o processo de valorização do solo que configura a cidade de diversas maneiras, como evidencia Carlos (1992) sobre o espaço como produto dessas lutas

Esse encaminhamento permite pensar o espaço também como produto de lutas, fruto de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital. Assim, no embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade hoje, o urbano se produz, a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração (Carlos, 1992, p. 71).



Essa pesquisa tem como escopo a compreensão da realidade e das dinâmicas urbanas da metrópole de Curitiba (PR) e a relação com a produção do espaço urbano por diferentes sujeitos sociais - como agentes públicos e agentes financeiros e imobiliários e, sobretudo, aqueles organizados em movimentos e ativismos sociais de luta por terra e moradia - concomitantemente à intersecção deles com o poder público na elaboração de políticas habitacionais para uma população historicamente marginalizada; e a apreensão dos fenômenos de produção do espaço em Curitiba e sua relação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Paraná (MTST-PR) - que teve como objetivo inicial durante os processos de ocupação mobilizar os trabalhadores em situação de precariedade.

Centrando-se em quatro ocupações como espacialidade de estudo (Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida) na Regional CIC, resultantes de uma limitação ao uso igualitário da cidade que ocorre devido às dificuldades de permanência ou aquisição de moradia, uma vez que o seu custo não é acessível àqueles que se encontram nas classes de menores rendimentos (que recebem até 3 salários mínimos), põe-se em análise um processo de urbanização e produção do espaço urbano contraditório e conflituoso.

Como forma de promover uma melhoria na vida das pessoas que não possuem casas ou as possuem em condições precárias, o Governo Federal criou em 2009 o projeto Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de financiamento de moradias. Em Curitiba, as políticas habitacionais são geridas pela COHAB (Companhia de Habitação Popular), que deve promover e executar tais ações, asseguradas pelo Estatuto da Cidade. Entretanto, este trabalho irá revelar que tais projetos possuem grandes impasses para garantir o direito à habitação. Contrapondo a ideia de Curitiba, cidade reconhecida nacional e internacionalmente como modelo de planejamento urbano, com a realidade vivida pelos moradores das ocupações estudadas, será analisado o resultado dos projetos habitacionais e a dificuldade do acesso às infraestruturas urbanas básicas.

A partir dessa perspectiva, os movimentos sociais organizados, como o MTST-PR, apresentam um papel central na sistematização de projetos de luta para a ocupação de vazios urbanos que não cumprem a função social da propriedade (públicos ou particulares e na maior parte dos casos, periféricos) e na reprodução das condições de vida e de moradia por meio do estabelecimento de um ideário coletivo, da autoconstrução e de luta por investimentos e subsídios públicos de projetos habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida e principalmente, no caso das ocupações e organização de movimentos sociais, o Minha Casa Minha Vida-Entidades.



A atuação dos movimentos na luta por terra e moradia, em decorrência dos conflitos gerados pela forte influência dos interesses privados na gestão pública, é um elemento essencial na análise do espaço urbano para entender como se organizam e lutam por seus objetivos por meio da ocupação de terrenos e imóveis vazios ou escritórios de administração pública, objetivando a participação em projetos habitacionais, conselhos e audiências públicas (POLLI e GUSSO, 2013, p. 4).

POLÍTICAS PÚBLICAS E CRISE HABITACIONAL

As problemáticas urbanas em Curitiba, na maior parte das vezes omitidas pelas mídias tradicionais e pelo discurso político, põem em evidência a importância da análise da crise urbana nos contextos nacional e local em consonância com a compreensão da produção social e histórica do espaço pelos sujeitos sociais, protagonistas de lutas e mobilizações, e do caráter simbólico e pragmático das ocupações urbanas na metrópole curitibana e na produção do espaço vivido. É imprescindível compreender que a presença dessas ocupações também tem como papel basilar desmistificar a cidade de Curitiba como modelo de planejamento urbano e regional, evidenciando as segregações socioespaciais e a constituição de uma população marginalizada ao mesmo tempo em que se impõe uma crise habitacional.

As diferentes formas de produção e apropriação do espaço urbano, em que a terra é concebida como mercadoria, evidencia uma relação dialética entre a valorização imobiliária, inserida no contexto da financeirização das cidades - que encarece o valor do solo - concomitante à atuação de agentes estatais e grandes proprietários privados de lotes urbanos, com uma grande quantidade de sujeitos que são atingidos pelos processos de reprodução do capital na elevação dos custos de imóveis centrais e com melhores infraestruturas e no déficit de habitação social. Rolnik (2015, p. 14) compreende esse fenômeno urbano como uma nova fronteira para a expansão do capital financeiro que age na privatização do espaço, e concomitantemente, na “desconstrução da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro” (idem, p. 26), interpretando o processo de financeirização como o domínio cada vez maior de atores, mercados, práticas e narrativas em diferentes escalas. Esse fenômeno, sobretudo em países com recorrentes crises estruturais, políticas e econômicas, como o Brasil, ocasiona uma fragmentação de políticas públicas pela reprodução da ideologia neoliberal e, especialmente, uma alocação e circulação do capital excedente no solo urbano (ROLNIK, 2015), diretamente relacionado com a crise de acesso à moradia que se vislumbra no país e na metrópole curitibana.



Destarte, as populações marginalizadas encontram local para a reprodução da vida em áreas nas quais os terrenos são mais baratos, a infraestrutura é inadequada e em que se evidencia a autoconstrução das moradias. As divergências entre a apropriação da terra, privada ou coletiva, são características do antagonismo de interesses dos atores sociais e políticos, como salientados por Carlos (1992, p. 46-47)

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida.

A valorização da terra urbana, portanto, é decorrente “[...] da perspectiva da valorização do capital (enquanto condição da produção material) [...]”, apresentando valor de uso e valor de troca e sendo então a materialização do trabalho humano, que constitui a diferenciação de acesso à terra e moradia por diferentes classes sociais (CARLOS, 1992, p. 52-54). O Estado tem um papel central na estruturação de um ambiente urbano segregador “[...] para a reprodução do sistema e interfere produzindo infraestrutura e todo o aparato necessário à reprodução ininterrupta do processo de acumulação do capital.” (idem, p. 83).

Essas diferentes esferas de consumo e produção da cidade pelas classes sociais, especialmente em relação ao direito à moradia e acesso à infraestrutura pública, revelam o problema da crise urbana vivenciada em Curitiba a partir dos elementos geradores das desigualdades espaciais e de seus processos intrínsecos, como a favelização e ocupação de áreas com valor da terra mais barato e de vazios urbanos, que representam a articulação de uma luta coletiva por moradia e que proporciona uma dinâmica especial na produção do espaço (RODRIGUES, 1988, p. 13-18).

O planejamento estratégico das cidades tem um notável histórico no município de Curitiba, que tornou-se referência nacional. Nesta análise, como indica Ribeiro e Garcia (1997, p. 113-144), “Curitiba surge, a partir da imagem criada, como espaço condensado, por excelência, dos anseios de segmentos profissionais e empresariais pertencentes a camadas médias relacionados a modo de vida e usufruto da cidade.”

Nesses últimos anos, emergiu como demanda dos movimentos sociais por moradia a própria participação na elaboração de políticas públicas, especialmente no que tange às políticas habitacionais, o que foi possível com a criação do Programa de Habitação de Interesse Social, propiciando o fomento, por meio da disponibilização de recursos, de produção de moradias através da autogestão, em que as decisões locacionais, de cadastramento, de elaboração de projetos, acompanhamento das obras e o controle de



pagamentos são realizados pelos próprios movimentos (POLLI e GUSSO, p. 10). Essa ação, encontrada dentro de um repertório particular de lutas dos movimentos, Lago (2013), compreende como

novas práticas sociopolíticas (que) manifestam-se nas periferias urbanas do Brasil, alterando o campo de disputas e a própria natureza dos conflitos urbanos, em determinados territórios (...) Trata-se de uma nova combinação de processos na produção do espaço periférico: a ação coletiva realiza-se desde o acesso à terra urbana até a produção da moradia e a gestão de serviços, sustentada por um ideal de bem estar urbano construído coletivamente (LAGO, 2013, p. 187).

Em relação à gestão pública, se delineou e ainda se mantém no Brasil uma articulação entre o Estado na elaboração de políticas habitacionais e o mercado imobiliário, que produz um contrassenso em relação à inserção das camadas mais pobres no espaço urbano, pois essa interface entre público e privado tem como gênese uma relação contraditória com impactos diretos no espaço urbano, porque o Estado “intervém em diversas instâncias na produção do espaço urbano, propiciando que o mercado imobiliário obtenha vantagens na sua apropriação” (MONTEIRO, 2017, p. 4). Dessa forma, as ocupações urbanas apresentam uma característica de resistência ao mercado imobiliário e acima de tudo de luta pelo direito à cidade e à habitação, pois mesmo que o direito à moradia digna seja assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, não é o que se vê na realidade concreta das cidades.

O Plano Diretor de Curitiba, no capítulo de habitação, chama a atenção para o incentivo da regularização fundiária e também da propriedade, relacionada com a sua função social, contudo, a parte social deste capítulo em que se destaca a intenção de propiciar a melhoria das habitações se contradiz com a realidade das ocupações urbanas em Curitiba, uma vez que, mesmo o Estado elencando as diretrizes relacionadas à realidade dos moradores irregulares, o processo de garantia de moradia não se torna efetivo.

O programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida foi engendrado com o objetivo de construir unidades habitacionais principalmente para a faixa 1 (de 0 a 3 salários mínimos), ou seja, 90% do déficit de habitação do Brasil, segundo a Fundação João Pinheiro. Embora o Governo Federal tenha desenvolvido projetos com o discurso de solucionar o déficit habitacional, se evidenciaram, desde o princípio, diversas contradições e conflitos na estruturação dessa nova agenda urbana. A primeira foi no período econômico-político em que foi criado o MCMV, com o intuito de resguardar o capital imobiliário, que poderia ser atingido pela crise que originada nos Estados Unidos. Para isso houve uma relação entre poder público e empresas privadas, que Boulos (2014) enfatiza como um não atendimento para famílias com maior dificuldade financeira:



Cerca de 75% dos recursos e 60% das habitações do programa foram destinados a famílias com renda maior do que três salários mínimos, exatamente porque- em se tratando de imóveis mais caros- as empreiteiras ganham mais. Apenas 40% das moradias da primeira fase do programa são para famílias com renda menor que três salários mínimos, o que representa menos de 10% do déficit habitacional nesta faixa de renda (BOULOS, 2014, p. 40).

A participação popular na formulação de projetos, desde o desenvolvimento até as discussões, está presente do Estatuto da Cidade, sendo assegurado por ele, contudo não ocorre desta maneira, sendo a principal crítica dos movimentos e ativismos sociais urbanos. Na “cidade modelo”, as políticas habitacionais são realizadas em parte pela COHAB - CT, um órgão que deve executar e promover as políticas habitacionais; e a partir de 2001 o Plano Diretor se tornou o principal meio das políticas urbanas devendo ser discutido com a população, porém como já foi apresentado, há uma deficiência nessa relação poder público e população.

METODOLOGIA

Apreender o cotidiano e as vivências dos moradores das ocupações urbanas dos bairros Cidade Industrial de Curitiba e São Miguel (29 de março, Nova Primavera, Tiradentes e Dona Cida) por meio de métodos como as entrevistas semidirigidas ou semiestruturadas, inspiradas na pesquisa participante, na qual o entrevistado pode relatar suas experiências e sua participação dentro da ocupação por meio de sua perspectiva individual (RODRIGUES, 1988; MARCOS, 2006), foi fundamental para interpretar o cotidiano e o convívio social sob uma ótica micro escalar, além de possibilitar uma relação de alteridade, em que o entrevistador visa compreender a realidade e os fenômenos tais quais são pelo ponto de análise dos próprios sujeitos, subtraindo os pré-conceitos e as ideias pré-estruturadas sobre o fato em que se busca estudar. A ênfase em compreender a realidade a partir do olhar do outro tem um grande valor teórico e científico, pois se objetiva, nesse contexto, uma “[...] transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos. [Em que] Os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido.” (DEMO, 1982, p. 80).

A organização da pesquisa se deu através de um levantamento prévio, leitura e discussão no Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas (LaDiMe – UFPR) de literaturas que trazem reflexões, por meio de uma perspectiva crítica, sobre a concepção e produção sobre o/do espaço urbano, sobre a perspectiva geográfica na análise das cidades, suas dinâmicas, relações sociais, contradições, crises e desafios, bem como o histórico da urbanização no município de Curitiba e os problemas decorrentes de uma crise habitacional, em especial as ocupações



urbanas, emergência dos movimentos sociais urbanos na luta por habitação e pelo reconhecimento da posse em terras ocupadas e pela justiça social e espacial.

Após o início da construção do embasamento teórico, foi sendo elaborado, concomitantemente, um roteiro de entrevista com roteiro semiestruturado com questões norteadoras para a realização de entrevistas com os moradores das ocupações estudadas, objetivando conhecer a cotidianidade da ocupação, as trajetórias de vida e a realidade de seus moradores, dar voz a esses sujeitos sociais que se organizam politicamente para dar visibilidade às suas lutas e compreender suas relações com programas e políticas habitacionais.

Para a realização das entrevistas foi utilizada a pesquisa participante, em que se põe em centralidade o conhecimento e a perspectiva do próprio indivíduo, demonstra uma relação diferente entre entrevistador e entrevistado de sujeito-sujeito, potencializando uma relação dialógica de trocas de conhecimentos (MARCOS, 2006).

Consequentemente, foi realizado o tratamento dos dados com a transcrição das cinquenta e cinco entrevistas e as suas posteriores análises, com o enfoque em relatos e afirmações sobre questões relacionadas aos serviços públicos, sobretudo ligados com a construção de moradias por programas habitacionais, e a gestão de serviços e infraestrutura urbana. A análise das entrevistas, concomitante ao reconhecimento das vivências e trajetórias dos moradores entrevistados, visou identificar padrões de respostas e discursos referentes, em suma, a quatro critérios principais: I) a relação dos entrevistados com o MTST-PR, considerando a inserção nos atos e manifestações públicas e reuniões, assembleias e atividades comunitárias; II) a relação de solidariedade e associativismo entre vizinhos e entre ocupações, para identificar como elas preenchem lacunas deixadas pela ausência do Estado em relação à gestão de programas sociais; III) a produção do espaço, considerando o desenvolvimento da infraestrutura urbana das ocupações e a autoconstrução de moradias; para compreender como a metrópole de Curitiba está em um processo constante de (re)produção pelos próprios sujeitos sociais e quais são seus reflexos nas ocupações; e IV) a ligação com o Estado em relação às políticas públicas habitacionais, como o cadastramento ou não na lista da COHAB, tempo de espera de respostas concretas e perspectiva de mudança da realidade tendo em vista a efetividade dos projetos de habitação popular, tanto em nível municipal, quanto federal;

Foi realizada também a análise de dados sobre os bairros onde se localizam as ocupações, o São Miguel e o CIC, na porção oeste de Curitiba, para compreender alguns dos seus indicadores socioeconômicos e fazer a associação entre os dados secundários



(referenciais teóricos e indicadores institucionais) e os dados qualitativos dos levantamentos de campo, objetivando analisar quais as relações entre os discursos dos sujeitos sociais com estudos realizados anteriormente e que apresentam uma perspectiva mais macroescalar, em que o principal foco é compreender como o Estado está presente no cotidiano do movimento social e dos moradores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando as entrevistas com base nos quatro critérios supracitados, foi perceptível nas narrativas da maior parte dos entrevistados a corroboração de uma ausência de políticas públicas habitacionais em Curitiba que atendam às necessidades básicas de moradia e infraestrutura dessa parcela da população. Também foi notada a importância das dinâmicas locais como representação de cooperação e coletivismo entre vizinhos e ocupações, que evidenciam, até certo ponto e em meio a muitas dificuldades e limitações, práticas autogestionárias e auto organizativas, ainda que fragmentadas, além de uma produção coletiva, histórica e social do espaço. O enfoque em poder público e institucionalidades, políticas públicas e movimentos sociais propiciou uma reflexão acerca das principais dinâmicas nas ocupações e de como os interesses e demandas coletivas e individuais dessa parcela da sociedade estão em oposição aos projetos e políticas públicas realizadas pelas esferas de poder municipal, estadual e federal.

Evidenciou-se também um descontentamento com as ações no que tange às instituições públicas, sobretudo municipais, como em relação à ineficiência e ao tempo de espera em cadastros da Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB), o que fomenta ainda mais a organização e mobilização desses sujeitos para visibilização de suas demandas, e que permitiu compreender as contradições do próprio planejamento urbano de Curitiba, evidenciado pela ausência de equipamentos públicos e infraestrutura urbana adequada às novas demandas das ocupações, como o atendimento do transporte público nos fins de semana, problemas relacionados à grande demanda no único posto de saúde na região das ocupações, além das redes de comunicação, energia, abastecimento de água, entre outros, o que implica em duas situações: a ausência de relação dos moradores com a própria dinâmica da cidade, como o acesso aos outros bairros e regiões centrais, e a autoconstrução do espaço habitado em decorrência da omissão do poder público, representado, nesses casos, especificamente pelo município.



Em relação ao vínculo entre os moradores e o MTST-PR, e que hoje não está mais presente nas ocupações, ficou claro a existência de uma relação inicial de interdependência, pois, considerando o panorama político atual (nos âmbitos federal, estadual e municipal), a organização de estratégias e de mobilizações têm como objetivo reafirmar um compromisso social e político na manutenção das ocupações, atuando em duas frentes distintas: através do enfrentamento às políticas municipais e federais e também em relação aos proprietários privados das terras ocupadas (como reintegração de posse, desarticulação e criminalização política; e o não cumprimento de responsabilidades, como propostas acordadas entre o Município e movimento) com protestos nos espaços de representação de poder e das institucionalidades municipais – e também através do diálogo, com a possibilidade da garantia legal da posse das terras pelos moradores por meio da regularização fundiária e com acordos que viabilizem a construção de habitações sociais, como pautado pelo movimento através do Minha Casa Minha Vida – Entidades, que tem como objetivo o atendimento de um projeto popular para a construção das moradias.

Um dos problemas reconhecidos que dificultam a concretização do Minha Casa Minha Vida – Entidades, como foi narrado em algumas entrevistas, tem respaldo na literatura que reconhece um panorama político e econômico atual, visto que essa modalidade tem apresentado muitas dificuldades em se efetivar, compondo apenas 1% de toda a produção do programa até 2013 (FARIAS *et al*, 2017, p. 10). Em contrapartida, comparando as entrevistas com os dados socioeconômicos do IPPUC (2015), é notável o déficit habitacional de Curitiba, sendo perceptível um alto percentual de 5,34% considerando todo o município, 6,40% tendo em vista o bairro São Miguel (onde estão as ocupações Nova Primavera e 29 de Março) e 6,50% o bairro Cidade Industrial (onde estão a Tiradentes e a Dona Cida).

Ficou evidente também propostas diferentes em relação à própria política de habitação, enquanto alguns moradores afirmam preferir a construção de habitações populares pelo Minha Casa Minha Vida – Entidades ou pelo Minha Casa Minha Vida na mesma área em que se concentram as ocupações, decorrente de uma rede de sociabilidade já estabelecida entre os vizinhos e com os moradores dos bairros adjacentes, outros alegaram que estão na lista de cadastro da COHAB e preferem ser deslocados para conjuntos habitacionais em outras regiões e bairros da cidade, o que indica uma consciência dos próprios sujeitos sobre suas condições de segregação espacial, como destacado pelas respostas referentes a se “encontrarem longe de tudo”; “morarem longe do trabalho”, entre relatos congêneres, o que demonstra uma deficiência das ocupações em relação à infraestrutura urbana e articulação em



relação a outros espaços da cidade e às centralidades, onde se localizam a maior parte dos bens e serviços necessários à reprodução da vida.

Assim, os resultados mais diretos e consistentes surgem com as entrevistas, onde podemos pôr em análise o que é dito pelo Plano Diretor e pelos diversos âmbitos de atuação do poder público. Sendo assim, sinteticamente, em relação à infraestrutura destacamos também que as ocupações urbanas na CIC possuem água, luz e esgoto (fossas) devido ao trabalho realizado pelos próprios moradores, que realizam uma arrecadação para a compra dos materiais e realizam os processos de implementação desses recursos, organizando e produzindo cotidianamente o espaço vivido.

CONCLUSÕES

A ação dos sujeitos sociais traz grandes mudanças para o território e os fluxos diários e a relação de construção de habitação transforma todo o espaço, sendo a moradia uma característica que norteia essa relação. Para os moradores das ocupações localizadas na Regional CIC, é fundamental trazer à tona as suas necessidades e dificuldades como classes secundarizadas. A condição que leva essas famílias a se moverem e a se assentarem nesses propriedades não é a oferta de trabalho na região industrial, mas sim a condição de valorização imobiliária, em que muitos moradores relataram que estão nas ocupações por não conseguirem arcar com os altos custos com aluguel, reflexo de uma espoliação espacial urbana organizada pelo capital e gerida pelo incentivo privado com a contribuição do Estado.

Evidencia-se também todo o problema de déficit habitacional refletido e materializado nas ocupações urbanas da Regional da CIC e suscitado por diversos fatores, como a especulação imobiliária que é gerida pelo capital, em consequência dos interesses privados sob o solo urbano - transformado em mercadoria - que controla o planejamento urbano, como discutido por Rodrigues (1988) e Carlos (1992) e a financeirização da moradia (ROLNIK, 2015). Enquanto, de forma complementar e contraditória, a assistência governamental não atende os moradores dessas ocupações, demonstrando o papel fundamental da luta por meio dos movimentos e ativismos sociais, pois assim dão visibilidade às suas condições de vida e necessidades.

Por fim, a partir da análise dos dados socioeconômicos dos bairros São Miguel e CIC e da literatura previamente levantada em contraposição com as entrevistas realizadas, nos permite afirmar que há efetivamente uma ausência de infraestrutura pública nas ocupações já



em decorrência do fato de estarem em bairros periféricos no município de Curitiba, o que demonstra como a ideia de modelo de planejamento urbano curitibano constitui-se como um mito, pois desconsidera essas realidades existentes na cidade, sendo desvelado pela omissão do Estado nas questões ligadas às políticas públicas de modo geral e, especificamente, em relação ao gerenciamento da produção habitacional empreendida pela COHAB-CT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à lutas dos sem-teto**. São Paulo: Editora Scortecci, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: mito e realidade**. Universidade de Brasília: Brasília, 1982.

FARIAS, José Ricardo de et al. Protesto por moradia e política de habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional. In: **Anais do XVII Enanpur**, São Paulo, 2017.

GARCIA, F. E. S.; RIBEIRO, A. C. T.. City Marketing: a nova fase da gestão da cidade no final do século. In: GARCIA, F. E. S.. **Cidade espetáculo. Política, Planejamento e City Marketing**. Curitiba: Editora Palavra, 1997, p. 141-164.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. **Nosso Bairro: Cidade Industrial**. Curitiba: IPPUC, 2015.

_____. **Nosso Bairro: São Miguel**. Curitiba: IPPUC, 2015.

LAGO, Luciana Corrêa do. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: _____. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012, p. 186- 200.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006, p. 105-135.

MONTEIRO, F. A. Habitação popular em Curitiba/PR: da criação da COHAB a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, In: **Anais do XVII ENANPUR**, São Paulo, 2017.

POLLI, Simone Aparecida; GUSSO, Ramon José. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). In: **Anais dos ENANPUR**, vol. 15, 2013.



RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar o encontro da identidade. Um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1988.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares. **A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Editora Boitempo, 2015.